

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 38

Poder Judiciário

Recife, sábado, 27 de fevereiro de 1999

Primeiro Colégio Recursal dos Juizados ultrapassa média de julgamentos

Dos 628 recursos distribuídos ao Primeiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, exatos 620 foram julgados. Relativos ao período de 31 de março a 18 de dezembro, os dados indicam um percentual de 99% de recursos julgados no ano passado, com uma média de 19 dias de julgamento por processo. Dos oito recursos não julgados, um recebeu pedido de vista e os sete restantes tiveram o julgamento convertido em diligência. Segundo o desembargador Jones Figueirêdo,



o resultado demonstra bem o objetivo a que se propõem os Juizados Especiais: o de prestar atendimento rápido à população. O Primeiro Colégio Recursal compreende os sete Juizados Especiais Cíveis da Região Metropolitana. Dispõe de 20 juízes, sendo 12 titulares e oito suplentes, divididos em quatro

turmas.

De acordo com o desembargador Figueirêdo, os três juízes de cada turma se reúnem uma vez por semana, julgando os processos cíveis de menor porte em grau de recurso.

Rapidez é a filosofia dos Juizados, tanto no atendimento inicial quanto no grau de recurso

Estes Juizados fazem parte do Primeiro Colégio Recursal

Além dos sete Juizados Especiais Cíveis do Recife - *Rosarinho, Afogados, Cordeiro, Casa Amarela, Boa Vista, Pina e do Consumidor* - também fazem parte do Primeiro Colégio Recursal os de *Olinda, Camaragibe, Vitória de Santo Antão, Paulista, Cabo e os dois de Jaboatão.*



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:

Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:

Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:

Márcia Gueenes

Redatores:

Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:

Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:

Roberta Tavares

Redação:

Pça da República, s/n Stn Antonio

- Recife-PE CEP-50.010.040

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: asim2@tjpe.gov.br

Agenda

Pós-graduação - ainda há tempo, hoje, de se inscrever no curso de pós-graduação Intervenção Psicossocial à Família no Judiciário. Promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, o curso reserva 20 vagas a funcionários do Tribunal de Justiça que, formados em Psicologia, Direito e Assistência Social, trabalham na emissão de pareceres em processos que tramitam em Varas Cíveis e Criminais. As inscrições custam R\$20 e outras informações podem ser obtidas pelo telefone 271.8373, com Ana Cristina Arcoverde. Os inscritos serão selecionados através de análise curricular e entrevista. O curso, que tem suporte do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça, começa em março e termina em dezembro. Ao preço total de R\$1.600, é dividido em 10 parcelas iguais, sendo que os funcionários selecionados do TJ terão uma ajuda de R\$100 por mês.

Ministério Público - As inscrições do concurso do Ministério Público Federal, para provimento de cargos de Procurador da República, foram prorrogadas até 1º de março. A informação é do procurador Wellington Saraiva, presidente da Subcomissão Estadual do Concurso do MPF. Outras informações, pelo telefone 424.8844.

TJPE começa campanha de divulgação do novo Fórum do Recife

O Tribunal de Justiça está iniciando um projeto para divulgação do Fórum do Recife, em construção na Ilha de Joana Bezerra. O projeto visa, essencialmente, informar os mais diversos segmentos da população sobre o novo fórum da Capital, onde funcionará, a partir de dezembro, todas as varas cíveis, criminais, de família, entre outras, atualmente instaladas nos fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino. Para tanto, a maquete do Fórum será instalada em locais de grande movimentação de pessoas, como instituições, universidades e órgãos de

classe, locais de grande demanda pública. Dentro do projeto, a Ordem dos Advogados do Brasil/PE será a primeira entidade a receber a maquete. O Tribunal levou em consideração o fato de que a instituição recebe grande número de visitantes, em sua maioria público alvo do Judiciário e que irá, certamente, utilizar o novo fórum. A maquete deve permanecer na OAB até final do mês de março. Entre as instituições consultadas pelo TJ estão o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Universidade Federal.